

O DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE COORDENAÇÃO ENTRE COALIZÕES DE ADVOCACIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A UHE BELO MONTE.

Autoria

Diego Mota Diego M. Vieira
PPGA/Universidade de Brasília

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a instrumentalização do discurso para a coordenação interna e entre coalizões de advocacia tomando como base o estudo de caso da Usina Hidroelétrica de Belo Monte. Consiste por tanto na aplicação de parte fundamental do modelo integrativo proposto por Vieira e Gomes (2014) para analisar o comportamento de coalizões engajadas em processos de mudança institucional em políticas públicas. Para tanto, baseou seu arcabouço teórico em torno do Advocacy Coalition Framework, do Novo Institucionalismo Discursivo e da Análise de Discurso Crítica. Os dados analisados consistem em notas taquigráficas de audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal entre os anos de 1999 e 2012. Os trechos de discursos foram categorizados de acordo com os Modos de Operação da Ideologia e as Estratégias Típicas de Construção Simbólica propostos por Thompson (1999). Os resultados sugerem que o discurso pode ser instrumento de coordenação interna e entre coalizões que compartilham crenças a respeito de uma política, como no caso da UHE Belo Monte. As coalizões potencialmente existentes definem suas identidades e marcam posições sobre temas controversos, alinhando interesses e expectativas. No caso estudado, os modos de operação da ideologia verificados como instrumentos das coalizões foram a Dissimulação, a Reificação, a Fragmentação, a Unificação e a Legitimação.

**ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO E
TERCEIRO SETOR**

**O DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE COORDENAÇÃO ENTRE
COALIZÕES DE ADVOCACIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
UHE BELO MONTE.**

RESUMO:

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a instrumentalização do discurso para a coordenação interna e entre coalizões de advocacia tomando como base o estudo de caso da Usina Hidroelétrica de Belo Monte. Consiste por tanto na aplicação de parte fundamental do modelo integrativo proposto por Vieira e Gomes (2014) para analisar o comportamento de coalizões engajadas em processos de mudança institucional em políticas públicas. Para tanto, baseou seu arcabouço teórico em torno do *Advocacy Coalition Framework*, do Novo Institucionalismo Discursivo e da Análise de Discurso Crítica. Os dados analisados consistem em notas taquigráficas de audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal entre os anos de 1999 e 2012. Os trechos de discursos foram categorizados de acordo com os Modos de Operação da Ideologia e as Estratégias Típicas de Construção Simbólica propostos por Thompson (1999). Os resultados sugerem que o discurso pode ser instrumento de coordenação interna e entre coalizões que compartilham crenças a respeito de uma política, como no caso da UHE Belo Monte. As coalizões potencialmente existentes definem suas identidades e marcam posições sobre temas controversos, alinhando interesses e expectativas. No caso estudado, os modos de operação da ideologia verificados como instrumentos das coalizões foram a Dissimulação, a Reificação, a Fragmentação, a Unificação e a Legitimação.

Palavras-chaves: Discurso, coalizões de advocacia, Usina Hidroelétrica de Belo Monte.

Abstract

The present work aims to analyze the use of discourse for advocacy coalitions coordination. For instance, a case study of the Hydroelectric Power Plant of Belo Monte was conducted. It consisted in the application of a fundamental part of the integrative model proposed by Vieira and Gomes (2014) designed to analyze the behavior of coalitions seeking to promote institutional change in public policies. The theoretical framework is based on Advocacy Coalition Framework, New Discursive Institutionalism and Critical Discourse Analysis. The data analyzed consisted of shorthand notes of public hearings held in the Chamber of Deputies and the Federal Senate between 1999 and 2012. The speech excerpts were categorized according to Thompson (1999). The results suggest that discourse can be an instrument for internal coordination and between coordination among advocacy coalitions that share policy beliefs, as it was observed in the study case of Belo Monte. It is noticed that existing coalitions define their identities and set positions on controversial issues. Nevertheless they are able to align their interests and expectations by discourse strategies.

Key-words: Discourse, Advocacy Coalitions, Belo Monte Power Plant.

INTRODUÇÃO:

Vieira e Gomes (2014) propuseram um modelo integrativo para a investigação da influência de *stakeholders* agrupados em coalizões de advocacia em processos de mudança institucional ligados à formulação e implementação de políticas públicas. Resumidamente, essa abordagem consiste em três etapas: (1) identificação e caracterização dos stakeholders conforme os modelos de Savage et al (1991), Mitchell, Agle e Wood (1997) e Gomes, Liddle e Gomes (2010); (2) identificação das coalizões de advocacia segundo o modelo *Advocacy Coalition Framework* de Weible (2006), Weible, Sabatier e McQueen (2009) e Jenkins-Smtih et al (2014); (3) identificação das estratégias de mudança institucional gradual e transformativa empregadas pelas coalizões de advocacia de acordo com Streeck e Thelen(2005), Thelen (2009) e Mahoney e Thelen (2010). Além disso, nesse modelo integrativo, o Discurso assume papel central sob a égide do Novo Institucionalismo Discursivo, pois “o poder transformativo de ideias e discursos tem influência causal na realidade política e, portanto, provoca mudança ou continuidade institucional” (VIEIRA e GOMES, 2014, p. 684). De acordo com Schmidt (2008), o termo discurso abrange processos interativos em que as ideias são transmitidas. Porém não se limita ao que é dito, mas envolve o seu contexto, ou seja, onde, quando, como, por quem e por que é dito.

Não obstante, Vieira e Gomes (2014) lembram que as instituições são as regras do jogo e regulam o comportamento dos atores em um subsistema político, ou em outras palavras, de acordo com Mahoney e Thelen (2010), são as normas, leis e regulamentos que definirão a política viabilizando estabilidade, ordenamento e cooperação entre os atores envolvidos. Por outro lado, segundo Weible, Sabatier e McQueen (2009), as políticas públicas são traduções de crenças e valores das coalizões em condição de hegemonia. Logo, sugere-se que uma determinada política pública é estruturada por meio de um conjunto de instituições e orientada por determinadas crenças e valores.

Entretanto, nem todos os *stakeholders* de uma política pública estarão satisfeitos com o *status quo* e assim poderão comportar-se de modo a provocar mudança institucional, isto é, alterar o arcabouço institucional da política para que esta se aproxime de seus interesses e valores. Verifica-se portanto uma disputa entre coalizões por uma condição de hegemonia.

Assim, Vieira (2017) conduziu um estudo de caso sobre a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) de modo a testar empiricamente o modelo integrativo proposto por Vieira e Gomes (2014). Porém verifica-se que uma questão fundamental não foi abordada nesse estudo: a maneira como as coalizões políticas identificadas coordenam suas ações internamente e entre si. Para Weible, Sabatier e McQueen (2009) e Jenkins-Smith et al (2014), essa ainda seria uma lacuna que merece atenção teórica e empírica para o desenvolvimento do *Advocacy Coalition Framework*. Logo, a presente pesquisa representa um esforço para preencher essa lacuna, reconhecendo que as coalizões precisam estabelecer a coordenação interna de seus membros e a coordenação no subsistema político com outras coalizões, sejam elas aliadas ou não.

Isto posto, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: de que forma as coalizões de advocacia estabelecem coordenação interna e entre umas com as outras? Tomando como ponto de partida o estudo de Vieira (2017), pretende-se responder de maneira mais específica como as Coalizões Políticas Tecnocráticas e Materialistas coordenaram suas ações em prol da implementação da UHE Belo

Monte? Por outro lado, como cada coalizão estabeleceu a coordenação interna entre os seus membros?

Logo, a abordagem utilizada nesse estudo segue as premissas do Novo Institucionalismo Discursivo, da Análise de Discurso Crítica e do *Advocacy Coalition Framework*. Considera-se que as coalizões lançam mão de estratégias típicas de construção simbólica. Tais artifícios na verdade constituem os modos de operação da ideologia que ajudam a resolver as ambiguidades relativas às identidades, preferências e expectativas. A coalizão em condição de hegemonia empregará as estratégias discursivas para disseminar sua ideologia, ou seu sistema de crenças com o objetivo de preservar o *status* que lhe é favorável. Já as coalizões contrárias travam uma luta contra-hegemônica questionando o *status quo* também empregando estratégias discursivas de natureza semelhante. Dessa forma, constitui-se um diálogo social em que os agentes interagem tendo seu comportamento limitado por um contexto institucional. Entretanto, embora sujeitos à ação da estrutura, estão continuamente a confrontando, ou seja, as instituições são constitutivas e constituídas pelos atores.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte concretiza e traduz a atual política do Estado para o Setor Energético no Brasil: a exploração de grandes aproveitamentos na forma de parceria público-privada em uma região de grande apelo como é a Amazônia. Percebeu-se que, no caso de Belo Monte, as mudanças nas instituições que delimitam o subsistema político foram resultado não apenas de estratégias de confronto tal como substituição, camadas e conversão (Mahoney e Thelen, 2010), mas também a partir da aprendizagem das coalizões. A incorporação de considerações societais e ambientais por parte da coalizão dominante provocou mudanças positivas na configuração do projeto, como por exemplo tornando Belo Monte uma usina a fio d'água com redução significativa de terras inundadas. No diálogo social, as estratégias típicas de construção simbólica funcionaram como artifícios para ação, identificação e representação do contexto. Desse modo, o discurso ideológico funciona como uma ferramenta de representação de eventos, construção de relações sociais, estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias (RESENDE e RAMALHO, 2013). Percebeu-se que as coalizões, por meio de seus representantes, articulam o discurso em situações-chaves como as audiências públicas e assim fazem do discurso um modo de ação, de representação e identificação. O estudo de caso tornou mais explícito o fato de que as estratégias de mudança institucional gradual e transformativa não necessariamente são exclusividade de atores e coalizões em situação desfavorável diante do contexto institucional. Até como argumenta Thompson (2002) e Ramalho e Resende (2011), mesmo os grupos hegemônicos precisam lutar para manter o seu equilíbrio instável de poder. Esse parece ser justamente o caso da coalizão dominante no caso de Belo Monte.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro momento serão sintetizados os principais resultados do estudo de Vieira (2017) sobre a UHE Belo Monte. Em seguida, serão apresentados os principais conceitos e categorias relativos ao Novo Institucionalismo Discursivo e à Análise de Discurso Crítica. Então serão especificadas as informações relativas ao método de pesquisa e na sequência serão apresentados os resultados e as considerações finais.

A atuação das coalizões de advocacia em torno da UHE Belo Monte

Em sua pesquisa, Vieira (2017) conduziu um estudo de caso do tipo instrumental sobre a Usina Hidroelétrica de Belo Monte. Foram identificados e caracterizados oitenta e quatro *stakeholders* agrupados em três coalizões de advocacia: a Coalizão

Política Tecnocrática (hegemônica), a Coalizão Política Materialista e a Coalizão Política Idealista. Nesse estudo identificou-se que as duas primeiras trabalharam pela construção da usina e em diversos momentos atuaram em conjunto. Além disso, o autor também analisou suas estratégias de mudança institucional e constatou que resultaram tanto do confronto entre as coalizões quanto pela aprendizagem das coalizões. Notou-se que alguns elementos da estrutura de crenças da coalizão hegemônica foram flexibilizados, causando por exemplo, a mudança na configuração inicial do projeto da usina. A Figura 1 sintetiza tais informações.

	Coalizão Tecnocrática	Coalizão Idealista	Coalizão Materialista
Composição	<i>Stakeholders</i> Colaboradores, Definidores de Agenda, Reguladores e Controladores: órgãos do Governo Federal.	<i>Stakeholders</i> Controladores e Legitimadores: Ministério Público Federal, ONGs, movimentos sociais e atores do conhecimento.	<i>Stakeholders</i> Colaboradores e Legitimadores: empresários e políticos locais, grandes empreiteiras nacionais e potenciais clientes e fornecedores estrangeiros.
Estratégias de mudança institucional	Conversão: a interpretação conveniente do artigo 231 da Constituição Federal sobre audiência com povos indígenas. Substituição: introdução das Leis nº 8.987/95, 9.074/95, 9.648/98, 10.847/04 e 10.848/04, além da Medida Provisória nº 2.152-2 em 2001 e das Resoluções do Conselho Nacional de Política Energética nº 02 de 2001 e nº 06 de 2008.	Conversão: interpretação conveniente do artigo 231 da Constituição Federal sobre audiências com povos indígenas. Camadas: movimentação para criação de uma lei complementar que venha a regulamentar o referido artigo da Constituição Federal.	Camadas: o Projeto de Decreto de Legislativo nº 1.785/05 aprovado na Câmara e o PDS nº 343/05 aprovado no Senado que autorizaram a implantação de Belo Monte.

Figura 1: Identificação e caracterização das coalizões de advocacia de UHE Belo Monte

As estratégias típicas de construção simbólica das coalizões.

A partir da discussão levantada previamente, neste estudo propõe-se um papel central dos discursos na definição das coalizões e na forma como estas se articulam. Sugere-se que os discursos indicam as ideias apresentadas e os processos interativos pelos quais elas são comunicadas. Portanto, o discurso tem a capacidade de direcionar o pensamento político e as conseqüentes decisões em determinados caminhos: o discurso é ação, representação e identificação. Como o discurso coordenativo direciona a construção de uma política e como o discurso comunicativo justifica a necessidade da política (SCHMIDT, 2008). Nesse sentido, para melhor compreender a ação do discurso nos processos de coordenação das coalizões de advocacia buscando a mudança institucional gradual e transformativa foram adotados os preceitos da Análise de Discurso Crítica (ADC). A análise em ADC parte da percepção de um problema que em geral se baseia em: relações de poder, distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais e naturalização de discursos particulares como sendo universais (RAMALHO; RESENDE, 2011). Uma coalizão dominante, em condição hegemônica, vive um equilíbrio instável e portanto precisa se sustentar a partir da disseminação de sua ideologia. Como bem observado por Sabatier e Jenkins-Smith (1993), uma determinada política pública é a tradução das crenças e valores de uma coalizão dominante, ou seja, em certa medida é a tradução de sua ideologia.

Para Thompson (1995) existem cinco modos de operação da ideologia ligados a estratégias típicas de construção simbólica, conforme observa-se na Figura 2.

Ideologia e Discurso	
Modos gerais de operação da ideologia	Estratégias típicas de construção simbólica
Legitimação: relações de dominação são representadas como legítimas	Racionalização: uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações
	Universalização: interesses específicos são apresentados como interesses gerais
	Narrativização: exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente
Dissimulação: relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas	Deslocamento: deslocamento contextual de termos e expressões
	Eufemização: valoração positiva de instituições, ações ou relações
	Tropo: sinédoque, metonímia, metáfora
Unificação: construção simbólica de identidade coletiva	Padronização: um referencial padrão proposto como um fundamento partilhado
	Simbolização da Unidade: construção de símbolos de unidade e identificação coletiva
Fragmentação: segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante	Diferenciação: ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio coletivo
	Expurgo do Outro: construção simbólica de um inimigo
Reificação: retratação de uma situação transitória como permanente e natural	Naturalização: criação social e histórica tratada como acontecimento natural
	Eternalização: fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes
	Nominalização/Passivação: concentração da atenção em certos temas em prejuízo de outros, com apagamento de atores e ações

Figura 2: Modos gerais de operação da ideologia. Fonte: Ramalho e Resende (2011).

As coalizões de advocacia coordenam suas identidades, preferências e expectativas a partir das estratégias de construção simbólica. As coalizões hegemônicas buscam disseminar sua ideologia direcionando e justificando uma política pública segundo sua estrutura de crenças e valores. Por outro lado, as demais coalizões engajam-se em um processo de luta contra-hegemônica, utilizando-se das mesmas estratégias de construção simbólica.

Método de pesquisa

Com o objetivo de analisar o Discurso dos atores membros de cada coalizão, recorreu-se as notas taquigráficas de audiências públicas realizadas pelas comissões parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Essas notas taquigráficas são documentos públicos e disponibilizados abertamente por meio dos sítios eletrônicos das duas casas. Respeitando o mesmo horizonte de tempo empregado por Vieira (2017), as audiências analisadas representam diferentes momentos entre os anos de 1999 e 2012. Respondendo ao pesquisador, a Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação da Câmara dos Deputados disponibilizou por *e-mail*, os *links* em que poderiam ser acessados os pronunciamentos em plenário e as audiências realizadas pelas comissões da casa que fossem relacionadas a Belo Monte. Com o auxílio de software especializado, os dados foram organizados, as categorias de análise foram estruturadas e assim deu-se início a análise documental. No processo de análise das notas taquigráficas de audiências públicas a respeito de Belo Monte ou do Setor Energético, foram analisadas somente aquelas em que estivessem presentes representantes das três coalizões identificadas. Com isso, a seleção do corpus principal envolveu fragmentos de discurso das seguintes audiências públicas: Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, audiência realizada em 05/8/99; Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, audiência realizada em 06/6/01; Comissão de Minas e Energia, audiência realizada em 10/4/02; Comissão da

Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, audiência realizada em 15/10/08; Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, audiência realizada em 07/4/10; Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte, audiência realizada em 07/12/10; Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte do Senado, audiência realizada em 15/3/12.

Com ajuda do software, a partir da leitura das notas taquigráficas foram sendo identificados os atores-chave, representantes dos inúmeros stakeholders, e ao mesmo tempo foi sendo montado um banco de dados com os trechos significativos de seus discursos. Em seguida, os fragmentos dos discursos selecionados foram alocados às categorias de análise. De acordo com Resende e Ramalho (2013) a ADC preocupa-se com os efeitos ideológicos que os textos possam ter sobre as relações sociais, em suas ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores e identidades. A análise de discurso pode se dedicar ao discurso em si, a uma visão da linguagem como construtiva (criadora) e construída, ao discurso como forma de ação ou em sua organização retórica. Na verdade, tanto o texto quanto o contexto interpretativo precisam ser analisados. Dessa forma, descreveu-se o comportamento dos atores tentando estabelecer uma versão do mundo diante de versões competitivas conforme as indicações de Gill (2002). Conforme Schmidt (2008), o discurso não é apenas ideia, mas também contexto: onde, quando, como e por que e quem disse o que para quem são informações importantes para o entendimento do comportamento das coalizões. Ao proceder a análise de discurso, optou-se por trabalhar segundo a indicação de Ramalho e Resende (2011) com os Modos Gerais de Operação da Ideologia e as Estratégias Típicas de Construção Simbólica propostos por Thompson (1995). Segundo a abordagem interpretativista, os fragmentos de discurso foram sendo caracterizados conforme tais categorias, justificando-se a categorização com breves explicações. Para facilitar a compreensão do leitor, optou-se por grifar em negrito e numerar os trechos categorizados nas falas, para então fazer a referência da categorização durante a explanação.

Coordenação interna e entre coalizões a partir do posicionamento em torno das questões controversas do projeto

A partir do sistema de crenças das coalizões e o resgate histórico sobre o caso de Belo Monte elaborados por Vieira (2017), percebeu-se que algumas questões destacaram-se como as mais controversas. São essas questões que irão pautar a análise sobre como as coalizões coordenam suas preferências e expectativas internamente e entre si: (1) o projeto é viável do ponto de vista técnico e socioambiental? (2) Quem irá se beneficiar de fato com a construção da usina? (3) O projeto tem sido conduzido de forma democrática ou autoritária pelos seus responsáveis? A seguir serão apresentados trechos de Discurso de membros das coalizões que exemplificam os posicionamentos observados.

A Coalizão Política Tecnocrática é composta por atores que estão envolvidos com Belo Monte desde o início de sua história. Atores que participaram dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu na década de 1970 e dos Estudos do Complexo Hidrelétrico de Altamira que reuniria as Usinas de Babaquara e Kararaô em 1980. Portanto sentem-se confortáveis em argumentar que têm pleno conhecimento da região e do projeto de Belo Monte. Argumentam que o projeto passou por diversas mudanças, a principal delas relacionada à redução da área alagada, e que todas elas visaram aprimorar a viabilidade técnica, financeira, social e ambiental do projeto:

Não há projeto no Brasil que tenha sido trabalhado como o Belo Monte. A viabilidade está na ANEEL. Duvido que a ANEEL tenha recebido algum estudo de viabilidade melhor do que o do Belo Monte. Quero que alguém me mostre um projeto no Brasil com um trabalho como o que estou entregando aos senhores. Não há. Está na Internet: o jornal O Estado de S. Paulo abriu um fórum sobre o Belo Monte — está no seu site — para que as pessoas se manifestem. Eu não conheço nenhum projeto que tenha isso no Brasil. Então, estamos prontos para debater esse projeto em qualquer lugar, com quem quer que seja. (José Antônio Muniz, Presidente da Eletronorte, 10/4/02).

A coalizão também acredita que a UHE Belo Monte é de grande valor para o país, para o estado do Pará e para a região de Altamira, onde será implantada. Não obstante, argumenta que o processo de estudos e implantação sempre foi democrático e que todas as partes afetadas sempre tiveram a oportunidade de opinar e colocar seus pontos de vista. O elemento-chave que guia a argumentação em torno dessas três questões são os esforços dirigidos a Inserção Regional do empreendimento. Como parte do processo de licenciamento ambiental da obra, e como parte do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (empreendido pelo Governo Federal), diversas medidas de redução de impactos e de compensação estão previstas no escopo do projeto. Essa política de inserção regional garante, segundo os argumentos da coalizão, a viabilidade socioambiental do empreendimento, assegura a participação dos diversos atores através da realização de audiências públicas e formação de comitês de acompanhamento, além de garantir benefícios para a população local:

Inserção regional é um percentual do investimento na usina e no sistema de transmissão. O recurso estará assegurado no processo licitatório da concessão. Quer dizer, quando o Governo assina o contrato de concessão do aproveitamento, já estabelece o volume de recursos que o empreendedor vai ter despendido para mitigar, compensar e potencializar os benefícios produtivos (...). A partir desse conceito é que nós estamos desenvolvendo esse projeto, numa plena interação com a sociedade, com os governantes e com todas as autoridades do Pará. (José Antônio Muniz, Presidente da Eletronor, 06/6/01).

Por outro lado, a Coalizão Política Idealista tem posição oposta em relação aos argumentos apresentados pela coalizão dominante. Descrentes das ações de compensação e mitigação propostas pelo IBAMA e pela Norte Energia, os membros desta coalizão encaram essas medidas como uma forma de “comprar a legitimidade da usina”. A respeito da viabilidade da usina, levantam questionamentos sobre sua capacidade de geração de energia firme, criticam a qualidade e imparcialidade dos estudos de impacto ambiental e sugerem que a usina jamais devesse ser construída, já que existiriam outras alternativas capazes de substituí-la. Defendem que os empreendedores não têm real conhecimento dos impactos que serão gerados pela usina e que portanto não há como controlá-los. Não acreditam na viabilidade técnica, financeira, social e ambiental do empreendimento, negam que o processo histórico de discussão de Belo Monte tenha sido democrático e avaliam que os verdadeiros beneficiários da usina serão as grandes indústrias localizadas no centro-sul do país, além das indústrias eletro-intensivas do Pará:

Pior: o setor elétrico brasileiro foi e está sendo a caixa-preta de um avião, apesar de estarmos vendo pela primeira vez uma nova dinâmica. Ninguém tem acesso às informações e jamais consegue discutir o motivo pelo qual se constroem tantas hidrelétricas no Brasil ou opinar sobre o local em que serão realizadas as obras (...) Nos últimos tempos, o setor elétrico brasileiro tem democratizado o discurso e os documentos, mas a política adotada é violenta, parece até da época da ditadura militar. Só conhece essa realidade quem vai aonde são construídos esses empreendimentos. Comete-se um crime contra

o meio ambiente, as pessoas, a flora, a fauna e assim por diante. Em Brasília, dificilmente se vê isso. As pessoas podem verificar isso nas barrancas dos rios onde foram realizadas as obras. Neste momento, pessoas estão sendo expulsas, sem direito a viver com dignidade (Hélio Mecca, 18/6/02).

Por sua vez, a Coalizão Política Materialista argumenta favoravelmente ao empreendimento, pois acredita que o projeto já foi bastante discutido em todos esses anos e que tantos estudos só poderiam conferir a ele a condição de viabilidade técnica, financeira, social e ambiental:

Em função da nossa necessidade de energia, Belo Monte é importante para o Brasil, para a Amazônia, em especial para o Pará, onde está o maior potencial hidroenergético de todo este País. É importante porque vai alavancar o desenvolvimento de Altamira, da Transamazônica, do Xingu e do seu entorno” (Deputado Nicias Ribeiro, 10/4/02).

A respeito do público beneficiado por Belo Monte, demonstram a preocupação de que a usina pode não beneficiar o estado do Pará e a população da região em que o empreendimento será implantado. Esse talvez seja o ponto em que essa coalizão se distancie da coalizão dominante, mesmo mantendo o apoio a UHE Belo Monte:

Todos nós, como cidadãos, temos que colocar nossa opinião, mas o Governador Simão Jatene usa uma expressão assim quando se refere à questão de Belo Monte com relação ao Governo Federal: “Olha, nós aqui estamos dispostos a apanhar com vocês. Agora, por vocês, aí não dá”. É preciso que o Governo Federal faça a parte que tem que fazer. E qual a parte que tem que fazer? É exatamente preparar a região para melhorar a qualidade de vida da população que lá está. (Senador Flexa Ribeiro, 15/3/12).

Por meio das considerações dos membros das coalizões é possível verificar como elas se posicionam em relação as questões controversas mencionadas. Por outro lado, ainda é preciso descrever como as coalizões afirmam sua identidade e assumem-se enquanto unidade reforçando suas crenças e diferenciando-se das demais. A seguir serão apresentados os modos de operação da ideologia e as estratégias típicas de construção simbólica de cada coalizão política.

Estratégias de Discurso da Coalizão Política Tecnocrática:

A Coalizão Política Tecnocrática, em condição hegemônica, busca sustentar os seus interesses em torno na construção da UHE Belo Monte utilizando diversas estratégias típicas de construção simbólica. A seguir são apresentados os trechos de discursos realizados nas audiências públicas acompanhados de uma explanação que pretende caracterizá-los segundo as categorias de Thompson (1995; 2002). O então Ministro de Minas e Energia, senhor Edson Lobão, esteve presente em audiência realizada na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional:

Quero dizer a S.Exa. que, quanto a Belo Monte, vamos fazer a licitação no próximo ano. **Essa será a melhor hidrelétrica do Brasil, uma das melhores do mundo**¹. Ela vai produzir 11.180 *megawatts* de energia e **vai custar o preço de uma Hidrelétrica Santo Antônio ou Jirau**² - uma delas produzirá 3.400 *megawatts*. **A natureza é prodigiosa**³. Ela será leiloadada no próximo ano. Vamos caminhar para isso (Ministro de Minas e Energia Edson Lobão, 15/10/08).

O discurso explora a naturalização da exploração do rio para geração de energia elétrica. Além disso, justifica-se a construção da usina alçando-a a condição de melhor hidrelétrica do Brasil e entre as melhores do mundo. Para justificá-la, também é empregada uma comparação com outras usinas de menor capacidade mas com custos semelhantes. Portanto, observa-se o emprego da Dissimulação, por meio da eufemização (1 e 2) e a presença da Reificação por meio da naturalização e passivização (3). Já o Senador Ivo Cassol, em audiência realizada pela Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte do

Senado, supervaloriza Belo Monte alçando sua condição de usina com menos impacto ambiental do planeta. Em seu discurso, banaliza o impacto em terras indígenas e reservas de proteção (2), além de estabelecer a identificação de um grupo contrário – os ambientalistas. No caso, as estratégias empregadas são a Dissimulação por meio da eufemização (1), e a Fragmentação por meio do expurgo do outro (3):

O primeiro passo importante é lembrar que **a usina de Belo Monte é um modelo de usina com menos impacto ambiental existente no planeta**¹. Tem um canal de 20 Km, que está praticamente desmatado naquela região, e a área que está sendo ocupada. Portanto, **não atinge áreas indígenas, áreas biológicas, área disso e área daquilo**². **Fico até estranhando quando algum ambientalista**³... (Senador Ivo Cassol, 15/3/12).

O Deputado Fernando Ferro discursou em audiência realizada pela Comissão de Minas e Energia:

Saúdo todos os agentes envolvidos, por alguns chamados de ecochatos ou ecoloucos. Eu até reconheço que alguns sejam desesperados, mas mesmo esses ecoloucos têm contribuições a dar¹. É preciso ter espírito democrático para reconhecer que, **mesmo na insanidade e no desespero de alguns gestos, existem parcelas de verdade que devemos aproveitar, até para amadurecermos conjuntamente**². Ninguém é dono da verdade, por mais que queiramos aparentar isso. (Deputado Fernando Ferro, 10/4/02).

Em seu discurso, o percebe-se o deboche ao grupo contrário, diminuindo a importância de sua atuação ao colocá-los na condição de loucos e de insanos. Ironicamente, tenta demonstrar que há quase uma compaixão, um carinho pelo grupo contrário. As estratégias empregadas são a Fragmentação, por meio da diferenciação (1) e a Dissimulação por meio da Eufemização (2), quando tenta dar um sentido positivo em sua relação com o grupo contrário. O Senador Flexa Ribeiro, em audiência realizada na Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte, adota a Unificação por meio da Simbolização da Unidade (1). Afinal, ele se coloca como membro do grupo, solidarizando-se com o eventual prejuízo:

A obra ainda tem algumas condições a serem atendidas pelo consórcio e que só irá iniciar no verão de 2011. **Mas, se não houver liberação para a instalação do canteiro de obras, nós vamos perder o ano de 2011 com o início efetivo da instalação da barragem**¹. Então a ideia é verificar quais as dificuldades, saber se o Senado Federal tem como intermediar ou tentar uma solução, para que se possa fazer essa instalação do canteiro” (Senador Flexa Ribeiro, 07/12/10).

A estratégia de Universalização se dá quando argumenta que o modelo institucional de licitações organizadas pela Aneel serve aos interesses de todos e estão abertos a quem tenha habilidade e tendência de neles ser bem sucedido. Na mesma audiência, também se utiliza da Universalização quando argumenta que os interesses de uns são na verdade os interesses de todos (1 e 2):

Enfim, todas as alternativas possíveis serão estudadas, e, claro, sempre levando em conta o custo-benefício. **A decisão final de qual o melhor aproveitamento, o que é melhor para a sociedade brasileira, para atender a esse desafio, é a sociedade que deve dar**¹. Claro que em qualquer aproveitamento que se tenha o mínimo de risco vai existir, mas prevalece a relação custo-benefício. **A decisão é nossa. Ou aproveitamos as riquezas que temos, sempre trabalhando em conjunto com esses órgãos, ou vamos proibir que o Brasil se desenvolva**² (Benedito Carraro, Secretário de Energia, representante do Ministério de Minas e Energia, 05/8/99).

Na mesma audiência, um representante da Aneel, Afonso Henrique Santos, busca a Legitimação por meio da estratégia de Narrativização recorrendo à história passada de outras usinas hidrelétricas:

Temos que melhorar esse processo, senhores, porque um país que necessita de desenvolvimento precisa sobremaneira de hidrelétricas. Elas são um grande vetor de desenvolvimento. **Basta olharmos toda a história do Rio Grande, do Tietê, do Paranapanema, e mesmo agora o que acontece na Bacia Tocantins—Araguaia**¹. Claro que há grandes impactos, mas ela é fundamental. (Afonso Henriques Santos, representante da Agência Nacional de Energia Elétrica, 05/8/99)

Presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, em audiência realizada pela Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados parece saber bem quem são os seus membros. Exaltando as características do estado do Pará, busca a Unificação por meio da Simbolização da Unidade (1 e 2). Também emprega a eufemização para estabelecer a Dissimulação (3):

O Pará será a locomotiva do século XXI¹, como São Paulo no fim do século XX. Isso assegurará o funcionamento da indústria hidrelétrica brasileira por vários anos. (...) **Temos, naquele Estado, água, madeira e terra roxa tão boa quanto a do Paraná, além de um povo trabalhador**². As estradas estão sendo asfaltadas. Além disso, temos, ao lado, Tucuruí, de cuja importância muitos duvidavam. **O que é o Complexo Hidrelétrico Belo Monte? Trata-se da melhor usina hidrelétrica do mundo**³. Ela está para o Rio Xingu como Tucuruí para o Tocantins, ambos de relevância nacional (José Antônio Muniz Lopes, 06/6/01).

Na mesma audiência, o Deputado Asdrúbal Bentes responde ao apelo do Presidente da Eletronorte reafirmando Unificação por meio da Simbolização da Unidade:

Sr. Presidente, Dr. José Antônio, nosso velho companheiro de lutas, depois do que falaram os Deputados Nicias Ribeiro e Antonio Feijão, eu, que não tenho a mesma verve e dom para a oratória de S.Exas., **quero dar o testemunho de um caboclo da Amazônia, mais ligado ao sul do Pará**¹, e que por isso vivenciou os problemas da Hidrelétrica de Tucuruí nas duas esferas (Deputado Asdrúbal Bentes, 06/6/01).

O Deputado continua seu discurso buscando a Unificação agora por meio da Fragmentação por meio do Expurgo do Outro (1). Isto é, de um lado estabelece um padrão comum a ser aceito e de outro cria a figura do inimigo “Ecolouco”:

Os Municípios terão oportunidade de se desenvolver de forma sustentável — e essa é a grande resposta. **Podem até achar ruim, mas distingo os ecologistas dos ecoloucos. Existem ecologistas, sim, homens sérios que querem proteger o meio ambiente, mas sem nos engessar, e existem os ecoloucos, os que a qualquer custo querem nosso engessamento**¹. Com isso não podemos concordar. A bancada da Amazônia tem sido muito coerente, muito coesa e tem-se portado com muita galhardia na luta contra esse engessamento (Deputado Asdrúbal Bentes, 06/6/01).

Estratégias de Discurso da Coalizão Política Idealista

Esta coalizão utiliza as estratégias típicas de construção simbólica para tentar alterar o equilíbrio instável em que prevalece a condição hegemônica da Coalizão Política Tecnocrática. Em audiência realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, a líder do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Antônia Melo, cria a figura de um inimigo, estabelecendo uma oposição entre um grupo específico e o povo:

Este País, principalmente a Amazônia, **está sendo entregue pelo Governo a essas empresas transnacionais**¹, que **estão acabando com nossas vidas**², acabando com nossos recursos naturais, enfim, **acabando com a dignidade desse povo**³ (Antônia Melo, 07/4/10).

Na fala de Antônia Melo, há uma busca pela Fragmentação por meio do Expurgo do Outro (1 e 2). O governo e demais interessados na construção da UHE Belo Monte são os inimigos que provocam sofrimento e acabam com a dignidade do povo. Nota-se, também, o emprego da Sinédoque, já que os grupos sociais contrários ao empreendimento são retratados como uma totalidade, ou seja, o povo (3).

Continuando, Antônia Melo busca a Unificação através da Simbolização da Unidade (1), delimitando o grupo daqueles que sofrem com a implantação de usinas hidrelétricas. Além disso, usa a Metáfora não para dissimular uma relação de dominação, mas para expô-la. Finalmente, emprega o Expurgo do Outro, caracterizando o inimigo, para reforçar a Fragmentação:

Está claro e evidente, amigas e amigos da dor e da luta¹, que nós somos tratados nesses projetos como lixo², como seres descartáveis³. Amigos enfatizaram há pouco que o Governo só escuta um lado e precisa escutar o outro. Isso é verdade. No Xingu acontece a mesma coisa. O Governo não teve coragem ou, pelo menos, inteligência de mandar interlocutores para falar com as comunidades. **Manda gente da pior qualidade³** (Antônia Mello, 07/4/10)

Na mesma audiência realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Relator do Direito ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca Brasil, José Guilherme Carvalho Zagallo, ao argumentar contra a viabilidade da usina, visa a Dissimulação através do Tropo utilizando a Metáfora para diminuir o valor de Belo Monte:

Com que serventia o Brasil vai gastar 23, 24 ou 30 bilhões de reais - como alguns consórcios falam que pode custar até 30 bilhões de reais - **para construir uma Usina Vaga-Lume** que, no momento de necessidade, não vai estar disponível à população? (José Guilherme Carvalho Zagallo, 07/4/10)

Já a Subprocuradora-Geral da República do Ministério Público Federal, Sandra Cureau, se utiliza da Racionalização para deslegitimar a construção de Belo Monte:

E há dados da Agência Nacional de Águas que demonstram que os interesses econômicos, enérgicos e ambientais são inconciliáveis, **exatamente porque o Rio Xingu, em 35 anos, apenas em 30% desse período conseguiu ter volume suficiente para que se pudesse ter a água necessária para gerar energia e manter a sobrevivência das pessoas que vivem na região¹** (SANDRA CUREAU, 07/4/10).

Em outra audiência pública, realizada pela Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte, o Procurador-Chefe da República no estado do Pará, Ubiratan Cazetta, recorre a Narrativização para deslegitimar Belo Monte (1) e o Tropo, através da Metáfora (2) para dissimular sobre o processo de concessão da Licença de Instalação para implantação do canteiro de obras da usina:

Não se pode reproduzir em Belo Monte todos os erros do passado¹, e alguns deles estão anunciados, se nós anteciparmos a implantação do canteiro, sem a adoção efetiva de medidas que deem respostas; **é preparar a estrada antes de botar o caminhão na rua. Depois de colocado o caminhão, para fazer estrada em cima do buraco, vai ser muito pior².** A princípio, essa é a visão muito simplista do Ministério Público em relação a essa situação, Sr. Senador (Dr. Ubiratan Cazetta, 07/12/10).

Em audiência realizada pela Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, o representante do Movimento da Transamazônica e Xingu, José Roberto, recorre a Simbolização da Unidade (1) para compor a Unificação, isto é, a construção simbólica de uma identidade coletiva. Da mesma forma que a Coalizão Política Tecnocrática e a Coalizão Política Materialista tentam explorar os sentidos que a identidade relacionada ao Norte trazem, assim também o faz a Coalizão Política Idealista:

Os empresários só estarão em busca do lucro, que na Amazônia sempre foi fácil. **E nós, amazônidas¹**, que lá vivemos, moramos e trabalhamos, sempre sofremos os prejuízos (José Roberto, do Movimento da Transamazônica e Xingu, 06/6/01).

Continuando na mesma audiência, José Roberto desenvolve a identidade da Coalizão. Não é apenas o povo sofrido do Norte, da Amazônia, é o povo que nunca teve voz e que sempre foi atropelado. Mas é o mesmo povo que sempre luta. Neste caso, usa novamente da Simbolização da Unidade (1), como também lança mão da

Eternalização (2) para fazer a denúncia de uma situação recorrente no passado e no presente (Reificação). Porém, após realizá-la, sugere uma mudança de postura que provocará uma reação. Refere-se a um novo padrão de comportamento que constituirá a identidade de luta da Coalizão. Portanto, é possível observar o recurso da Padronização (3) em prol da Unificação:

Então, nós ainda não estamos convencidos de que tem de haver a barragem, e os senhores vão ter que nos convencer. **Claro, como sempre, nós fomos atropelados. Como sempre, passaram por cima da gente¹. Como o povo nunca teve voz neste País, e muito menos na Amazônia, queremos deixar claro que vamos brigar até o fim para que não sejamos prejudicados².** Quanto às medidas mitigadoras, se realmente vier a barragem, vamos ter que negociar muito, e os senhores podem contar que haverá muita mobilização, muita manifestação e muita briga, porque **não estamos mais dispostos a aceitar tanta roubalheira, quanto mais o massacre³** que sofremos no dia-a-dia (José Roberto, do Movimento da Transamazônica e Xingu, 06/6/01).

O professor Carlos Bernardo Vainer, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, rebate os argumentos da coalizão dominante ao contestar que usinas hidroelétricas significam desenvolvimento. Aqui, “os países desenvolvidos do norte” remetem a uma condição que o Brasil desejaria alcançar. Há então, referência à Universalização (1) para legitimar uma condição que é desejada por todos, isto é, o Brasil estabelecido como um país desenvolvido, tal como os países do hemisfério norte:

Hoje, **nos países desenvolvidos do Norte, praticamente não se constroem barragens¹.** Os Estados Unidos estão desativando barragens para reconstituir os espaços sociais e ambientais que elas destruíram (Carlos Bernardo Vainer, 05/8/99).

Estratégias de Discurso da Coalizão Política Materialista

A seguir será explorada a maneira como a Coalizão Política Materialista se posiciona no embate. O Deputado Anivaldo Vale simboliza em sua fala na audiência realizada pela Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados qual é o posicionamento da Coalizão Política Materialista. Em troca de recursos e benefícios apoiam Belo Monte. Já de início estabelece a identidade da coalizão em torno daqueles que são e lutam pelo Pará e pela Amazônia, diferenciando-se do restante da sociedade brasileira. Usa então a Diferenciação em busca da Fragmentação (1 e 3). Também recorre à Metáfora (2) para desqualificar a política atual dos royalties:

Quando se discute o desenvolvimento sustentável e o uso de recursos naturais da Amazônia, queremos benefícios. Por exemplo, **temos recursos hídricos, como V.S.a bem mostrou, no Estado do Pará. Então, o restante da sociedade brasileira tem de pagar pelo uso desse recurso¹.** Temos de mudar esse modelo de royalty, porque sua forma é tão equivocada que só procura corrigir os impactos ambientais na parte da montante, onde está o lago. E a parte da jusante, onde acabou o peixe, onde há assoreamento, onde a navegação às vezes é comprometida e onde está a pobreza, não participa do processo? **Vejo os royalties mais como uma compensação nefasta, porque parece até uma esmola²:** Estou te dando isso, você fica calado e a partir daí está a sua participação. Não. O que temos de mudar é o modelo. Vamos tributar a energia lá na ponta. **Quem usou a energia na sua indústria e gerou emprego, gerou riqueza, levou o dinheiro para a região — região que tem condições de desenvolver o turismo, a agricultura, a parte industrial e dar oportunidade de renda a essa sociedade que tanto reclama daqueles projetos³** (Deputado Anivaldo Vale, 06/6/01).

O Senador Ivo Cassol, em audiência da Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte, também discursa sobre necessidade

de se garantir mais recursos para a região norte do país. Ao fazer menção ao ICMS, atribui-lhe a característica de ICMS verde. A ideia talvez seja sensibilizar o público com um apelo para que seja bem visto e aprovado, despertando a mesma sensibilidade que a floresta desperta. De certa forma, poder-se-ia dizer que usa a eufemização para redescrever o ICMS como uma instituição positiva:

Então, o importante é, neste momento, **nos preocuparmos em fazer um projeto de lei para o ICMS verde para a Amazônia** – e, infelizmente, nós somos criticados por todos –, nem que seja uma alíquota menor, não seja 10%, seja 12%, mas que pelo menos seja embutido o ICMS verde para esses empreendimentos da Amazônia. (Senador Ivo Cassol, 15/3/12).

O Secretário Extraordinário para Assuntos de Energia no Estado do Pará, Nicias Ribeiro, tenta racionalizar, minimizando e diferenciando um aldeamento de terras indígenas. Assim ele se utiliza do artifício da Racionalização (1) para a Legitimação da usina de Belo Monte:

Hoje existe sentença judicial dizendo, de maneira muito clara, que Belo Monte não será implantada em terra indígena, até porque a usina fica a 200 Km exatamente do grupo Paquiçamba, **que nem terra indígena é. É apenas um aldeamento que ocorre na área do Xingu**¹ (Nicias Ribeiro, 15/3/12)

Na mesma audiência, Nicias Ribeiro agora estabelece um vínculo com o presidente da Norte Energia S.A., Carlos Nascimento, representante da coalizão dominante. Pretende compartilhar uma identidade comum entre as duas coalizões por meio da Simbolização da Unidade (1). Por outro lado, imprime a Racionalização (2) para legitimar a sua atuação em busca de mais recursos para a cidade de Altamira, influenciada pelas obras de Belo Monte.

Agora, evidentemente, – **e aqui peço permissão ao nosso querido amigo e coestaduano Carlos Nascimento**¹ –, uma cidade como Altamira, com 50 mil habitantes, tinha e tem um hospital que atendia, razoavelmente, a sua demanda. Em termos de escola, é a mesma coisa. Em termos de segurança pública, também é a mesma coisa, já ao nível de Estado. **É importante que nós façamos uma avaliação. Altamira tinha 50 mil habitantes, e, hoje, pelos cálculos dos institutos que dizem que conseguem contar, fazer cálculos de projeção, já passa de 100 mil. Então, aquele hospital que atendia aquela população não tem como atender esta nova demanda. Não tem como**²! (Nicias Ribeiro, Secretário Extraordinário para Assuntos de Energia do Estado do Pará, 15/3/12).

O Deputado Antônio Feijão se solidariza com o representante da Coalizão Política Tecnocrática em audiência realizada pela Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional - Câmara dos Deputados e faz uso da Metáfora (1) para argumentar que a falta de investimentos no Setor Elétrico, ou o fato de a usina não ter sido construída à época, prejudicaram demasiadamente o país. Em seguida faz uso da Diferenciação e do Expurgo do Outro (2) para causar a Fragmentação entre aqueles interessados no bem do país e aqueles que apenas atrapalham, obstruindo o interesse comum pelo desenvolvimento. Ele finaliza usando novamente a Metáfora (3) para atribuir a categoria dos Procuradores da República uma qualificação negativa:

Há quase duas décadas, uma imagem marcou minha vida na Amazônia: a cena do Dr. José Antônio Muniz, em Altamira, no Xingu, tendo ao lado uma índia que lhe encostava na face um facão. **Se observarmos o rosto dele, veremos que o episódio não lhe deixou nenhuma cicatriz, mas, se olharmos o balanço comercial deste País, constataremos que ali ficou a maior cicatriz: os recursos desperdiçados para compensar o recente apagão. Essa é a grande cicatriz que o Brasil tem hoje**¹. O País talvez esteja gastando mais do que o custo dessa usina para curar as marcas deixadas por aquele facão: o déficit de energia.

Portanto, naquela época, a demagogia ideológica, **os modismos de plantão de meio ambiente, dessa síndrome antropológica sobre os indígenas, geraram todo esse estresse no País que hoje permite a um rábula que**

nem se desfez do cheiro de leite Ninho comandar os destinos de uma nação². Desconheço neste País uma única lei que permita punir um Procurador-Geral da República ou prendê-lo. Desconheço um Procurador-Geral da República que tenha sido ao menos questionado pelos prejuízos que proporcionou à Nação uma decisão unilateral sua, específica de sua caneta, de sua **consciência e de sua mão**³ (Deputado Antonio Feijão, 06/6/01).

O Deputado Josué Bengtson, ainda na mesma audiência, também critica a atuação da Coalizão Política Idealista, que, através do Ministério Público Federal no Pará, busca impedir a continuidade dos estudos de viabilidade da usina de Belo Monte. Recorre à Narrativização (1) para remeter a um momento específico na história do país para deslegitimar a atuação do MPF do Pará. Em seguida, ele define o grupo ao qual pertence, àquele dos que lutam pelo interesse do Pará. Há a Simbolização da Unidade com a construção da identificação coletiva (2):

As abordagens feitas pelos companheiros que nos antecederam também são pertinentes, mas quero me ater a um detalhe: **o autoritarismo jurídico que estamos enfrentando no Brasil. Saímos de um autoritarismo que não deixou saudades e hoje estamos vivendo uma verdadeira ditadura jurídica, não apenas no caso de Belo Monte**¹. Nós, que somos do Pará e fazemos parte de comissões que sempre defenderam os interesses daquele Estado, lembramos também que no caso da Hidrovia Tocantins—Araguaia, idêntico a esse de Belo Monte, com a proibição dos estudos, foi tomada a mesma decisão². Foram proibidas as audiências públicas para ouvirem os interessados, estabelecendo-se multas se elas ocorressem (Deputado Josué Bengtson, 06/6/01).

Por fim, o Deputado Anivaldo Vale emprega a Racionalização para legitimar os estudos de viabilidade da usina (1). Também desqualifica as iniciativas de proibir os estudos alçando-a a condição de uma intervenção coronelista, no sentido de autoritária. A Metáfora (2) aqui é usada para atribuir valor negativo a esta conduta. Em seguida o deputado propõe a Unificação através da Padronização (3) quando coloca UHE Belo Monte como um fundamento compartilhado pelas duas coalizões que estão sim defendendo os interesses do país. Verifica-se portanto também a Universalização (3).

Não vou entrar no mérito do que está sendo feito no Pará, mas se trata de agressão à inteligência do povo brasileiro. **Todo pai diz ao seu filho que ele precisa estudar para ter uma vida melhor e poder dar alguma contribuição à sociedade**¹. Proibir o estudo é uma medida coronelista, que não faz parte do ambiente em que vivemos². Se querem fazer um estudo, então descubram a melhor forma de se construir uma usina sem agredir o meio ambiente, mas trazendo para a discussão também o impacto socioeconômico na vida daquela comunidade. **A usina de Belo Monte, Dr. José Antônio, não é mais um projeto só da ELETRONORTE. Ela extrapolou o campo da ELETRONORTE e hoje é do povo paraense e do povo brasileiro. Todos nós estamos convocados a somar esforços com V.Sa. e com a ELETRONORTE, para colocar em prática aquilo que é bom. Isso é bom para a sociedade brasileira e especialmente para o povo paraense**³ (Deputado Anivaldo Vale, 06/6/01).

Concluindo, ressalta-se a importância do discurso como instrumento de coordenação interna e entre as coalizões. O Discurso é a linguagem em uso: representação de eventos, construção de relações sociais, estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias (RESENDE; RAMALHO, 2013). Por meio da Análise de Discurso Crítica, utilizando os Modos Gerais de Operação do Discurso propostos por Thompson (1995; 2002), foi possível descrever como as estratégias de construção simbólica são empregadas pelas coalizões. Foi possível perceber como as duas coalizões favoráveis a UHE Belo Monte procuram aproximar-se estabelecendo uma identidade comum. Também foi possível notar uma coerência em seus discursos a respeito da

viabilidade da usina, da percepção que têm sobre a população beneficiada e sobre o caráter autoritário ou não de como o processo vem sendo conduzido. Ambas apresentam-se abertas ao diálogo, mas criticam a ação da Coalizão Política Idealista de buscar de forma arbitrária a proibição de estudos em um momento, e a proibição da obra em outro. Nesse sentido, estão criticando principalmente a ação do MPF do Pará. No diálogo entre a Coalizão Política Tecnocrática e a Coalizão Política Materialista há constantemente uma preocupação em garantir a execução das obras da usina. A coalizão dominante aproveita-se da cobiça da coalizão materialista sobre mais benefícios e recursos para a região de modo a garantir o apoio necessário. Sabe que ao lidar com as instituições, precisará recorrer às figuras-chave dessa coalizão. Essa questão será tratada com maior detalhe quando serão discutidas as ações voltadas para provocar mudança institucional gradual e transformativa.

Por ora, cabe refletir acerca das contribuições da abordagem focada no discurso para a compreensão do comportamento das coalizões dentro do Modelo de Coalizões de Advocacia. Uma das premissas do modelo, conforme Weible, Sabatier e McQueen (2009), é a perspectiva de que políticas e programas são melhores entendidos como traduções de crenças. Logo, por meio da abordagem centrada no discurso, pretende-se expor como a estrutura de crenças é articulada por meio da linguagem. Um sistema de crenças é fruto de uma construção social marcada pelo compartilhamento de subjetividades – isto é, um processo que expõe a intersubjetividade entre membros de coalizões de advocacia. Logo, a leitura proposta é a de que a estruturação de um sistema de crenças, sob a ótica da Análise de Discurso Crítica (ADC) atua tal qual a ideologia: “são construções de práticas a partir de perspectivas particulares que suprimem contradições, antagonismos, dilemas em direção a seus interesses e projetos de dominação” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 26). Assim, pretendeu-se demonstrar a instrumentalização da ideologia por parte das coalizões potencialmente existentes.

Considerações finais

O presente trabalho consiste em uma abordagem empírica com o objetivo de analisar a instrumentalização do Discurso por parte das coalizões de advocacia em seus processos de coordenação interna e entre si. Para tanto, partiu das proposições do modelo teórico integrativo de Vieira e Gomes 2014 revisitando o estudo de caso conduzido por Vieira (2017) sobre a Usina Hidroelétrica de Belo Monte. Tomando por base seus resultados, deu-se prosseguimento a aplicação do modelo originalmente proposto. Dessa forma, foi possível verificar como as Coalizões Políticas Tecnocrática, Idealista e Materialista utilizaram os Modos Gerais de Operação da Ideologia e as Estratégias Típicas de Construção Simbólica para definir suas identidades, marcar posições em torno de questões controversas e alinhar expectativas e interesses. Propõe-se que novos estudos sejam conduzidos de modo a investigar a relação entre as estratégias discursivas com as estratégias de mudança institucional gradual e transformativa conduzidas pelas coalizões. Outros estudos podem também verificar se a caracterização dos stakeholders segundo o modelo de Gomes, Liddle e Gomes (2010) também interfere na seleção das estratégias típicas de construção simbólica. Aliás, Thompson (1999) argumenta que as categorias por ele propostas não são exaustivas e que portanto outros modos de operação da ideologia podem ser concebidos. Por fim, ressalta-se a necessidade de aplicar empiricamente o modelo integrativo de Vieira e Gomes (2014) em outros contextos, como outras políticas públicas de infraestrutura ou políticas públicas ligadas a outros subsistemas políticos tais como segurança, saúde ou educação.

Referências Bibliográficas:

- CHOULIARAKI, Lillie e FAIRCLOUGH, Norman. Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh University Press, 1999.
- GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.
- GOMES, Ricardo C., LIDDLE, Joyce e GOMES, Luciana O. M. A Five-sided model of stakeholder influence. **Public Management Review**, v. 12, n. 5, p. 701-724, 2010.
- JENKINS-SMITH, Hank C. e SABATIER, Paul A. Methodological Appendix: Measuring Longitudinal Change in Elite Beliefs Using Content Analysis of Public Documents. In: SABATIER, Paul A. e JENKINS-SMITH, Hank C. (Ed.). **Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach**. Boulder: Westview Press, 1993, p. 237-256.
- JENKINS-SMITH, H. C. et al. The Advocacy Coalition Framework: foundations, evolution and ongoing research. In: SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. (Org.). **Theories of the Policy Process**. 3rd ed. Boulder: Westview Press, 2014.
- MAHONEY, James e THELEN, Kathleen. A Theory of Gradual Institutional Change. In **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, cap. 1.
- MITCHELL, R. K., AGLE, B. R. and WOOD, D. J. Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience: Defining the Principle of the Who and What Really Counts. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 853–886, 1997.
- RAMALHO, Viviane e RESENDE, Viviane de Melo. Análise de Discurso (para a Crítica: O texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.
- RESENDE, Viviane de Melo e RAMALHO, Viviane. Análise de Discurso Crítica. São Paulo: Contexto, 2013.
- SABATIER, P.A; WEIBLE, C.M. The advocacy coalition framework: Innovations, and clarifications. In SABATIER, P.A (Ed.). **Theories of the Policy Process**. 2ª Ed. Boulder: Westview Press, 2007. p. 189-220.
- SCHMIDT, Vivien A. Discursive Institutionalism: the explanatory Power of ideas and discourse. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 303-326, 2008.
- STREECK, Wolfgang e THELEN, Kathleen. **Beyond Continuity: Institutional Change and Advanced Political Economies**: Oxford University Press, 2005, cap. 1.
- THELEN, Kathleen. Institutional Change in Advanced Political Economies. **British Journal of Industrial Relations**, v. 47, n. 3, p. 471-498, 2009.
- THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VIEIRA, Diego Mota e GOMES, Ricardo Corrêa. Mudança Institucional Gradual e Transformativa: a Influência de Coalizões de Advocacia e Grupos de Interesses em Políticas Públicas. **Organizações & Sociedade (Online)**, v. 21, p. 679-694, 2014.
- VIEIRA, Diego Mota. Mudança Institucional Gradual e Transformativa: a atuação de *stakeholders* e coalizões de defesa no caso da UHE Belo Monte. Anais do Enanpad, 2017.
- WEIBLE, Christopher M. An Advocacy Coalition Framework Approach to Stakeholder Analysis: Understanding the Political Context of California Marine Protected Area Policy. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 17, p. 95-117, 2006.
- WEIBLE, Christopher M., SABATIER, Paul A. e MCQUEEN, Kelly. Themes and Variations: taking stock of the advocacy coalition framework. **The Policy Studies Journal**, v. 37, n. 1, p.121-140, 2009.